

JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1



A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA

THE IMPORTANCE OF SUPERVISED INTERNSHIP IN THE INITIAL TRAINING OF PEDAGOGY ACADEMIC

Antônia Jackeline da Silva REZENDE
Universidade Estadual do Tocantins-Unitins
E-mail: jackelinesilvarezende27@outlook.com

Simara de Sousa MUNIZ
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
Universidade Estadual do Tocantins-Unitins
E-mail: simara.sm@unitins.br

Denyse Mota da SILVA
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
Universidade Estadual do Tocantins-Unitins
E-mail: denyse.ms@unitins.br



RESUMO

Este trabalho tem por objetivo descrever o estágio supervisionado, suas concepções e contribuições na formação inicial do pedagogo, por considerar que o estágio é um elemento essencial para a formação inicial de professores, momento no qual o acadêmico irá relacionar-se com o ambiente de atuação da sua profissão, tendo a oportunidade de dialogar com os conhecimentos teóricos e práticos. Dessa forma, o estágio deve ser visto como um momento de aprendizagem articuladora entre ensino, prática e extensão, servindo como base para a formação docente, objetivando-os para a capacitação e a ação reflexão-ação, contribuindo para enfrentar os novos desafios que cercam a profissão docente. Com o intuito de alcançar os objetivos de pesquisa adotou-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, revisando obras dos seguintes autores: Pimenta e Lima (1999) (2008) (2009) (2012), Fazenda (2001), Corte e Lemke (2015), Libâneo (2004), Silva e Muniz (2019), entre outros. Dessa forma, é possível afirmar que o estágio é um componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores, pois propicia momentos de reflexão crítica sobre a própria prática para os acadêmicos, contribuindo assim, no processo de ensino aprendizagem articulada ao 'saber-fazer', colaborando para uma formação de melhor qualidade de professores.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Formação Docente. Licenciatura. Pedagogia.

ABSTRACT

This paper aims to describe the supervised internship, its conceptions and contributions in the initial formation of the educator, considering that the internship is an essential element for the initial formation of teachers, at which time the academic will relate to the working environment of his profession, having the opportunity to dialogue with the theoretical and practical knowledge. Thus, the internship should be seen as a moment of articulating learning between teaching, practice and extension, serving as the basis for teacher education, aiming at them for training and reflection-action action, contributing to face the new challenges that surround them. the teaching profession. In order to achieve the research objectives, a bibliographic research was adopted, reviewing works by the following authors: Pimenta e Lima (1999) (2008) (2009) (2012), Fazenda (2001), Corte and Lemke (2015), Libâneo (2004), Silva and Muniz (2019), among others. Thus, it is possible

Antonia Jackeline da Silva REZENDE; Simara de Sousa MUNIZ; Denyse Mota da SILVA. A Importância do Estágio Supervisionado na Formação Inicial do Acadêmico de Pedagogia. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 28-45. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

to affirm that the internship is a compulsory curricular component in teacher training courses, as it provides moments of critical reflection on the practice itself for academics, thus contributing to the learning process articulated to the knowledge.

Keywords: Supervised Internship. Teacher training. Graduation. Pedagogy.

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado é um elemento obrigatório para a conclusão de um curso superior em Licenciatura. O mesmo possui características próprias, previsto em sua matriz curricular, conforme preconizado pela legislação em vigor e as estabelecidas em cada instituição de ensino superior.

Dessa forma, o estágio deve envolver situações de aprendizagem profissional construídas pelo acadêmico e na sua relação com os sujeitos e os meios, articulando o ensino, pesquisa e extensão, capacitando-o para à ação reflexão-ação. O Estágio destaca-se entre os grandes desafios acadêmicos, dado às especificidades da área, concernentes a cada curso, sua relação com o mercado de trabalho e às particularidades que ele vem ostentando no mundo contemporâneo.

Este artigo tem por objetivo descrever o estágio supervisionado, suas concepções e contribuições na formação inicial do pedagogo. Como objetivos específicos (I) Discutir sobre a formação docente e as políticas de formação de professores; (II) compreender o papel do estágio supervisionado na formação do futuro professor; (III) analisar as contribuições para a formação inicial docente e profissional.

A pesquisa de cunho bibliográfica, realizada a partir dos procedimentos da pesquisa qualitativa, levantados a partir da seleção aleatória de artigos científicos publicados em periódicos, livros da biblioteca Unitins. Para fundamentar nossas argumentações utilizamos teóricos como: Pimenta e Lima (1999) (2008) (2009) (2012), Fazenda e Piconez (2006), Nóvoa (1995), Corte e Lemke (2015), Libâneo (2004), Silva e Muniz (2019), entre outros. As bases teóricas Estágio Supervisionado, Formação Docente. Licenciatura, e Pedagogia.

Assim, apontamos a necessidade de continuar o estudo sobre o estágio supervisionado na formação docente, articulado ao ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de capacitar o acadêmico à ação reflexão-ação.

O presente artigo está estruturado em introdução, referencial teórico: tendo como tópicos: A formação inicial de professores: reflexões sobre a prática docente, política

Antonia Jackeline da Silva REZENDE; Simara de Sousa MUNIZ; Denyse Mota da SILVA. A Importância do Estágio Supervisionado na Formação Inicial do Acadêmico de Pedagogia. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 28-45. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

nacional de formação de professores; novos desafios da docência; o estágio curricular supervisionado; Estágio Supervisionado: um diálogo entre teoria e prática.

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação dos professores que atuam na Educação Básica brasileira tem sido amplamente debatida na academia, nas associações científicas e em demais segmentos sociais interessados na educação. No entanto, ainda apresenta lacunas que passam pelas normas jurídicas que a regulamentam, pela gestão da educação, pelas experiências formativas e pela atuação profissional. Nesse contexto, o tema da formação docente, na contemporaneidade, representa um dos grandes desafios enfrentados no país.

Os cursos de Licenciaturas ofertados por instituições de ensino superior deverão obedecer à legislação que parte da Constituição de (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96), das políticas de educação, conforme descrito na Resolução nº 02, de 01/07/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Além desses documentos, os cursos também deverão alinhar-se aos processos de avaliação da qualidade, sendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), concomitantemente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das respectivas instituições de ensino superior.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2015):

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (BRASIL, 2015, p. 3).

Sendo assim, é importante que se compreenda a formação docente como ação educativa, que envolver conhecimentos específicos e interdisciplinares respeitando e apropriando-se de valores éticos, linguísticos, políticos, estéticos, cultural no processo de ensino e aprendizagem da formação inicial de professores.

A formação inicial dos professores visa um exercício constituído e inseparável da docência na educação básica, considerados aspectos sociais relevantes, de forma a inserir o processo no ensino e na gestão educacional, sendo de processos escolares ou não escolares,

estruturando-se por meio da garantia nacional das orientações curriculares, com produções educacionais, científicas e tecnológicas.

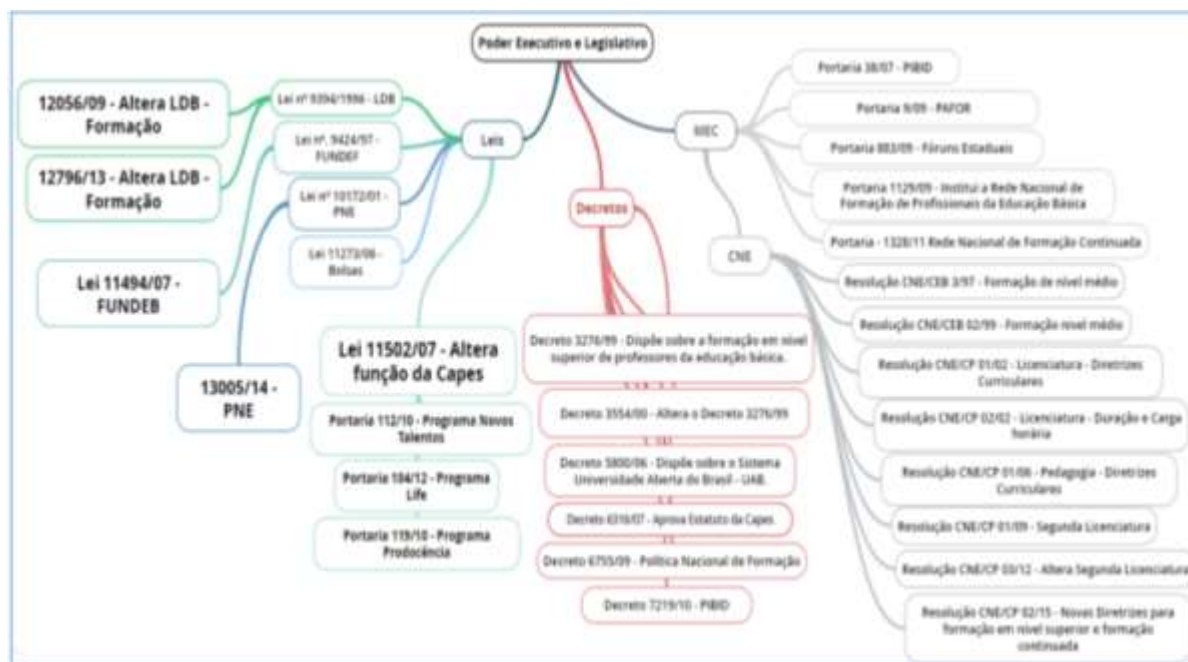
Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2015):

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição; IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (BRASIL, 2015, p. 11).

No que se refere às políticas de formação continuada de professores da Educação Básica, destaca-se como iniciativa importante a reconfiguração da Rede Nacional de Formação de professores, que passou a ser regulamentada por meio da Portaria do MEC nº 1.129, de 27 de novembro de 2009, e foi denominada de Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica. Ela é formada por IES públicas e comunitárias sem fins lucrativos e pelos Institutos Federais de Educação. A Rede atua em articulação com os sistemas de ensino e com os Fóruns Estaduais.

Autores como Oliveira & Leiro (2019) fizeram um levantamento do ordenamento legal instituído nas últimas duas décadas, entre 2007 e 2014, a fim de apontar aspectos e contradições que caracterizam as políticas instituídas incluindo leis, decretos, portarias publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) que regulamentam ou fazem referência Referenciais Legais das Políticas de Formação de Professores no País, como segue na Figura 01.

Figura 1: Mapa dos Referenciais Legais da Política de Formação de Professores da Educação Básica



Fonte: Oliveira & Leiro (2019, p. 04).

O mapeamento deixa claro que após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9394/96, o debate sobre a formação de professores atingiu maiores proporções. No que tange às formulações de políticas educacionais mais recentes, destaca-se o exposto nos documentos que estabelecem os referenciais para a formação de professores, especificamente os dois textos normativos do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação que definem a formação de docentes: os Referenciais para Formação de Professores e a Resolução nº 2 de, 1º de Julho de 2015, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”. A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, em seu artigo 2º, estabelece que:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar (BRASIL, 2015, p. 8).

A mesma resolução, em seu artigo 3º, §3º, aponta que “[...] a formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação” (BRASIL, 2015, p. 9).

No dia 7 de novembro de 20 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma **resolução em que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica**. Este documento traz um conjunto de normas obrigatórias que orientam a criação e a organização dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas.

Tanto o parecer e a resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a formação de professores da Educação Básica foram aprovados, por unanimidade, pelo Conselho Nacional de Educação. Os documentos devem orientar a formação inicial dos docentes. O Movimento pela Base considera este mais um passo fundamental para a implementação, já que as novas diretrizes consideram os princípios da BNCC e como preparar os docentes para colocá-los em prática nas salas de aula. Segue alguns pontos importantes da nova Diretriz:

- **Manutenção da carga horária em 3.200 horas:** Foi mantida a carga horária mínima de 3.200 horas dos cursos de formação inicial de professores, a ser cumprida em no mínimo 8 semestres;
- **Definição de competências no perfil de quem concluiu o curso:** O perfil esperado de um egresso dos cursos de formação de professores não era claro nas diretrizes anteriores (Resolução nº 02/2015) e avançou muito no novo documento, com a especificação dos conhecimentos e competências que os alunos devem dominar ao se formar. Adotada em muitos países com bons sistemas de formação inicial, essa medida é essencial para nortear os currículos das faculdades e induzir mudanças em outras políticas públicas, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avalia a qualidade dos cursos oferecidos pelas universidades;
- **Cursos mais voltados para a prática e com ênfase no conhecimento pedagógico do conteúdo:** A Resolução aprovada traz diretrizes para que os cursos sejam mais voltados para a prática de ensino, com a exigência de vivências em escolas de Educação Básica desde o início da graduação. Além disso, metade da carga horária passa a ser destinada à aprendizagem dos conteúdos específicos que os futuros

professores irão ensinar, assim como ao domínio pedagógico desses saberes (ou seja, como eles devem ser ensinados).

O Conselho também teve a preocupação de assegurar uma carga horária razoável para os cursos de formação em segunda licenciatura, sendo 760 horas para cursos de outras áreas e 560 horas para cursos de mesma área. Desta carga horária, em ambas as situações, 200 horas serão destinadas a práticas pedagógicas.

Essa preocupação também foi mantida em relação aos cursos de formação pedagógica para graduados, não licenciados, estabelecendo uma carga horária básica de 760 horas, das quais 400 horas de prática pedagógica.

Em relação à organização dos cursos de licenciatura, outro aspecto importante foi às especificações para o 2º aos 4º anos, no que se referem à formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil, a formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental e a formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

As novas diretrizes também estabelecem que o Inep deva, no prazo para sua implementação, elaborar novo instrumento para avaliação dos cursos de formação de professores, assim como elaborar novo formato avaliativo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), para os cursos de formação de professores.

34

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

A formação inicial de professores no Brasil está fundamentada em normas e diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação- MEC. Nesses documentos oficiais e pesquisas publicadas por autores renomados, parece unanime a ideia de que se busque a formação de professores reflexivos e pesquisadores para atuarem na educação básica, ou seja, a existência de profissionais reflexivos tem sido desejada há algum tempo e tomou força o discurso a esse respeito na Academia na última década.

Para Freire (1996), “não há docência sem discência”. Assim, o ato de ensinar, poderia ser considerado uma “*do-discência*” (p.21). Mais do que transferir conhecimentos, o professor precisa criar condições para a construção de conhecimentos pelo aluno. Quando se fala em formação de professores, o processo torna-se ainda mais complexo, uma vez que pelo tempo de escolaridade que cada estudante já viveu ele traz consigo aprendizagens incidentais ou ambientais.

Acerca de ser professor, ser aluno, ensinar, aprender, etc, Pimenta e Lima apontam que:

A formação do professor, por sua vez, dar-se-á pela observação e tentativa de reprodução dessa prática modelar; como um aprendiz que aprende o saber acumulado. Essa perspectiva está ligada a uma concepção de professor que não valoriza sua formação intelectual, reduzindo a atividade docente apenas a um fazer, que será bem-sucedido quanto mais se aproximar dos modelos que observou. Por isso, gera o conformismo, é conservadora de hábitos, ideias, valores, comportamentos pessoais e sociais legitimados pela cultura institucional dominante. O estágio então, nessa perspectiva, reduz-se a observar os professores em aula e a imitar esses modelos, sem proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa (PIMENTA E LIMA, 2006, p. 08).

Essas considerações tem especial importância quando se busca trabalhar uma formação de professores a partir da superação de concepções denominadas ultrapassadas. Não cabe, pois, considerar as transformações históricas e sociais decorrentes dos processos de democratização do acesso, que trouxe para a escola novas demandas e realidades sociais. Ao valorizar as práticas e os instrumentos consagrados tradicionalmente como modelos eficientes, a escola resume seu papel a ensinar; se os alunos não aprendem, o problema é deles, de suas famílias, de sua cultura diversa daquela tradicionalmente valorizada pela escola.

Em sua trajetória multissecular, a característica mais pontuada da pedagogia pode ser identificada na relação teoria-prática. Na verdade, o conceito de pedagogia se reporta a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa. A profissão docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino.

A compreensão da relação entre teoria e prática, conforme explicitado anteriormente, possibilitou estudos e pesquisas que têm iluminado perspectivas para uma nova concepção de estágio. Pimenta (1990) considera que a finalidade do estágio é a de propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. Assim, o estágio se afasta da compreensão até então corrente, de que seria a parte prática do curso. Defende uma nova postura, uma redefinição do estágio que deve caminhar para a reflexão, a partir da realidade.

Numa perspectiva da exigência de uma formação mais atual e contextualizada, Silva e Muniz (2019) afirmam que o panorama da atualidade, impõe às sociedades os mais

diferentes desafios, “[...] As expectativas são mais acentuadas na área da educação, uma vez a escola se apresenta como o celeiro onde serão formados não apenas profissionais capazes de atuar num mercado cada dia mais competitivo [...]” (SILVA E MUNIZ, 2019, p. 154).

Desse modo, é perceptível que a sociedade atual e a formação docente vêm passando por inúmeras modificações, tendo o educador a precisão de remodelar e atualizar-se conforme as novas necessidades em curso. As autoras recorrem a autores como Morin (1999), Boaventura Santos (2002) para descrever o presente de transição paradigmática, em que se deixa de analisar o mundo em partes independentes e fragmentadas sem conexões umas com as outras, para um novo paradigma que analise e compreenda o mundo como um todo em constantes transformações.

No que diz respeito estratégias de oportunizar a formação docente condizente que o momento exige. Pimenta (2007) defende que uma maneira estratégica de oportunizar a formação do aluno crítica e reflexiva como futuro professor, as instituições de ensino na interação deverá se constituir como via teórico/metodológica, ou seja, é imprescindível que haja uma integração entre todas as disciplinas do curso, possibilitado através da construção de projetos de pesquisa originados no estágio; o que deverá ocorrer desde o início do curso, oportunidade em que, a partir da aproximação com a realidade, os alunos aperfeiçoarão a escolha da profissão.

Dessa forma, a formação precisa ser compreendida como um [...] “[...] trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência” (NÓVOA, 1995, p. 25).

O que se reivindica é uma formação mais integral, sem fugir do “tripé” ensino, pesquisa e extensão. A equiparação ensino-pesquisa na formação talvez seja um dos caminhos em direção a uma maior qualidade no ensino superior, é o que muitos pesquisadores e autores têm buscado mostrar através de seus estudos e pesquisas sobre a importância e a necessidade dos docentes universitários serem contemplados com uma formação pedagógica mais específica.

NOVOS DESAFIOS DA DOCÊNCIA

Na atualidade, a formação docente é uma prática considerada complicada, onde é exigido do profissional conhecimentos diversificados para que possa realizar práticas educativas de qualidade. Espera-se que esse profissional seja autônomo, e capaz de refletir

sobre a execução do seu trabalho, se adaptando a diferentes situações do no qual está inserido. Por ser exigido um bom profissional, desafios são enfrentados para que seja alcançada a educação que a atual sociedade exige.

Corte e Lemke mencionam que:

[...] faz-se necessária uma nova forma de educar e de definir a profissão docente. É preciso que sejam desenvolvidas novas competências, novas abordagens, novos referenciais. Ou seja, para novos desafios, são necessárias novas ferramentas e novos profissionais. No cenário atual, o professor autônomo, que conhece o conteúdo pedagógico, científico e cultural com o qual trabalha já não é mais suficiente (CORTE E LEMKE, 2015, p. 31007).

Em sua formação, o professor deveria desenvolver um espírito crítico, para que não se torne um mero repetidor de conteúdo, assumindo-se como um ser capaz de produzir saberes que potencializem possibilidades de aprendizagem para os educandos. Esses não serão ensinados, mas levados à construção de um conhecimento com significado, pois foi “transformado” na interação entre os sujeitos, entendendo com Freire (2018, p. 12) que “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Segundo Libâneo (2006) a docência é uma atividade social, pois tem a função de preparar sujeitos que irão intervir como cidadãos profissionais ativos e participativos nas esferas que compõem a sociedade. E o professor tem essa responsabilidade de procurar os meios de capacitá-los com os saberes e competências necessários para que eles possam perpetuar o exercício profissional da atividade docente. Por isso não se pode furtar a importância “de uma sólida preparação profissional face às exigências colocadas pelo trabalho docente”. (LIBÂNEO, 2006, p. 48).

Os processos de formação de professores buscam obter um profissional autônomo, agente de mudança e capaz de refletir sobre sua prática. Atualmente, espera-se ainda que esse profissional seja capaz de se adaptar às mais variadas condições de trabalho e que esteja em constante investigação e análise reflexiva de seu fazer pedagógico. São estes alguns dos elementos constitutivos do ser professor (CORTE E LEMKE, 2015, p. 31007).

Frente aos novos desafios que o educador encontra nos dias atuais, faz-se necessária uma nova forma de educar e de definir a profissão docente. É preciso que sejam desenvolvidas novas competências, novas abordagens, novos referenciais. Ou seja, para novos desafios, são necessárias novas ferramentas e novos profissionais. No cenário atual, o professor autônomo, que conhece o conteúdo pedagógico, científico e cultural com o qual trabalha já não é mais suficiente.

Em função disso são esperados novos comportamentos por parte dos profissionais, pois a educação não é mais considerada tradicional, onde apenas são repassados conhecimentos relacionados a ler e a escrever, e sim uma educação construtiva, na qual o profissional exerce outras funções relacionadas à comunidade e os diferentes aspectos sociais existentes.

Dessa forma a educação necessita-se de profissionais competentes e habilitados, com uma boa formação inicial “cabe a essa formação possibilitar a compreensão da necessidade da constante atualização, da busca por novas formas de atuação no meio escolar”(PIMENTA, 2015, p. 09), ou seja, o profissional deve estar sempre em uma formação continua para que possa enfrentar da melhor maneira possível os desafios que cercam a sua profissão.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório nos cursos de Licenciaturas, conforme descrito na Resolução nº 02, de 01/07/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Dessa forma, as Diretrizes contemplam no seu artigo 6º “O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (BRASIL, 2015, 12).

Nesse sentido, Piconez (2006), sobre o estágio supervisionado na formação docente afirma que:

Temos assumido, com nossos alunos da Pedagogia, que a prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado é, na verdade, um componente teórico-prático, isto é, possui uma dimensão ideal, teórica, subjetiva, articulada com diferentes posturas educacionais, e uma dimensão real, material, social e prática, própria do contexto da escola brasileira (PICONEZ, 2006, p. 25).

Dessa forma, o estágio curricular supervisionado é um componente obrigatório nos cursos de licenciaturas, que envolve atividades articuladas entre a teoria e a prática e também com os demais componentes curriculares que permeia a atividade acadêmica.

Nos cursos de Pedagogia em específico, tendo a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental o estágio tem como objetivo integrar as disciplinas que compõem o currículo do curso. Porém o estágio não pode ser visto apenas como um trabalho burocrático a ser cumprido rigorosamente, que inúmeras vezes os estagiários são

desvalorizados nas escolas onde buscam espaço. Deve atribui-se uma função prática (PIMENTA, 2006, p. 8).

Atualmente a docência exige de seus profissionais o conhecimento e a compreensão de diversas situações do âmbito educacional. Tendo em vista o requerimento de habilidades e competências exigidas para essa formação a realização do estágio curricular torna-se essencial para a formação inicial dos professores. Entende-se por estágio curricular as atividades que os alunos deverão efetuar ao decorrer do curso junto ao espaço de sua futura atuação.

O estágio Curricular dos cursos de licenciatura é considerado uma atividade que proporciona uma aprendizagem relacionada a sociedade, cultura e educação, se caracteriza por um momento de preparação dos acadêmicos para que sejam inseridos no âmbito do trabalho. Normalmente é por meio do estágio que os graduandos têm o seu primeiro contato com as intuições que sua profissão os permite, é através dessas atividades que eles têm a oportunidade de inserir os conhecimentos aprendidos nas academias, relacionando teoria e prática, observando e refletindo durante toda sua realização.

De acordo com Pimenta e Lima (2012, p. 117) “[...] o estágio para os alunos que estão em fase de formação inicial e que ainda não exerce o magistério é antes de tudo um estágio de boas-vindas de novos companheiros de profissão”. Acredita-se que para exercer a docência é necessário haver esse contato com os futuros colegas de trabalho, de modo a conhecer de perto a realidade da comunidade escolar, ou seja, os estágios são indispensáveis, pois nenhum profissional pode adentra-se em um espaço sem antes ter contato com o ambiente da sua atuação.

Além de proporcionar conhecimentos relacionados ao espaço de trabalho, “[...] a proposta do estágio poderá contribuir para a inserção dos estagiários, para que eles possam ter conhecimento dos desafios da profissão docente, assim colaborando para a reflexão sobre a profissão que irá admitir” (KULCSAR, 2006, p.64).

O estágio é o momento de realizar observações diversas referentes à profissão, tendo como exemplo a maneira de como o próprio estagiário agiu durante suas práticas, e o que poderá mudar para que seja um bom profissional, além de possibilita-lo a analisar se dará continuidade aos trabalhos dos atuais professores, ou seja, constatar se a docência é algo que ele quer pra sua vida.

Assim, o estágio deve ser considerado um elemento crucial para a formação inicial dos professores, onde os acadêmicos irão encarar e aprender sobre o âmbito docente. Kulcsar afirma que:

Antonia Jackeline da Silva REZENDE; Simara de Sousa MUNIZ; Denyse Mota da SILVA. A Importância do Estágio Supervisionado na Formação Inicial do Acadêmico de Pedagogia. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 28-45. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

[...] O estágio não pode ser encarado como uma tarefa burocrática a ser cumprida formalmente [...] Deve, sim assumir a sua função prática, revisada numa dimensão mais dinâmica, profissional, produtora, de troca de serviços e de possibilidades de abertura a mudanças (KULCSAR, 2006, p. 65).

Nesse sentido ter-se conhecimento da função do estágio curricular, para que não seja visto como algo burocrático, atribuindo-lhe um significado, onde sua realização é capaz de proporcionar uma base ampla de conhecimento prático, além de inúmeras possibilidades, trocas de experiências entre a comunidade escolar, elementos esses necessários para a formação inicial do docente.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

O estágio geralmente é o primeiro momento de contato dos acadêmicos de licenciatura com o ambiente escolar. Nesse momento a inserção dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na universidade será aplicada nos espaços educacionais, proporcionando aos licenciandos a análise, investigação e elaboração da sua própria práxis. Esse contato com o local de atuação do profissional tem como intuito proporcionar vivências e experiências que servirão como base para a formação profissional.

Considerado muitas vezes como polo prático dos cursos de formação de professores, o termo Prática de Ensino foi largamente utilizado para denominar os exercícios práticos de ensino. Existe assim a tradição de denominar “prática” a atividade, ação prática realizada pelos alunos. Mesmo com o surgimento do termo Estágio, a palavra “prática” continuou utilizada em algumas situações como sinônimo de Estágio e em outras para designar a atividade prática diferente da atividade teórica. No título VI da Lei 9394/96 que se refere aos profissionais da educação encontramos: Art. 61. *A formação de profissionais da educação* de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: **I - a associação entre teorias e práticas** inclusive mediante a capacitação em serviço (BRASIL, 1996, Art. 61). (Grifo nosso).

Durante toda a graduação os acadêmicos realizam estudos de teorias para adquirirem fundamentação teórica de acordo com sua formação, autores renomados são utilizados para a construção de uma bagagem teórica. Para Pimenta e Lima (2012):

O papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos

e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA E LIMA 2012, p. 43).

Nesse contexto as teorias tem uma função norteadora para o processo de ensinagem, é considerada importante para a formação do professor, pois vários conhecimentos obtidos nas universidades são repassados através dessas teorias, a mesma proporciona aos alunos saberes sobre determinado assunto. Porém para que esses conhecimentos sejam fixados e concretizados pelos acadêmicos, é importante que o aluno coloque em pratica essas informações, e é através dos estágios que essas práticas se dão.

[...] O contexto relacional entre prática-teoria-prática apresenta importante significado na formação do professor, pois orienta a transformação do sentido da formação do conceito de unidade, ou seja, da teoria e prática relacionadas e não apenas justapostas ou dissociadas (PICONEZ, 2006, p.16).

O estágio em si faz parte da área dos estudos sociais, onde pode ser considerado um campo de conhecimento em que os acadêmicos em formação interagem com o seu futuro local de trabalho, desenvolvendo os conhecimentos teóricos obtidos ao decorrer da graduação. Em relação ao estágio Pimenta e lima (2008) menciona que:

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir-se dos alunos que concluem seus cursos se referirem a estes como ‘teóricos’, que a profissão se aprende ‘na prática’, que certos professores e disciplinas são por demais ‘teóricos’. Que ‘na prática a teoria é outra’. (PIMENTA E LIMA 2008, p. 06).

Nessa respectiva a formação docente necessita tanto da teoria, quanto da pratica, pois se acredita que somente a teoria não apresenta subsídios suficientes para a atuação professor, e que a pratica por si só não constrói um docente integralmente, ou seja, na construção docente necessitam-se da relação entre a teoria/prática, ambos são indissociáveis, colaboram para a construção dos profissionais, cada uma com sua função.

Relacionar-se com o contexto escolar é essencial para a formação docente, pois através desse processo é possível construir a identidade e trabalhar a coletividade necessária para o trabalho docente. Em relação à construção da identidade Pimenta (1999) confirma que:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão, da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas.

Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente em seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos em outros agrupamentos (PIMENTA, 1999, p. 19).

O estágio é considerado o lugar onde a identidade profissional do estudante é construída e exposta, voltando-se para a evolução de uma atuação vivenciada, reflexiva e crítica por isso esse processo deve ser metodicamente planejado (BURIOLLA, 2009, p. 13).

Além da construção da identidade, outro elemento relevante do estágio é a construção de práticas educativas coletivas, Pimenta e Lima (2009) mencionam que:

[...] o estágio prepara para um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA; LIMA, 2009, p. 11).

Dessa forma, a efetuação dos estágios proporciona aos acadêmicos momentos únicos de aprendizagem, de forma a desenvolver reflexões críticas sobre a formação docente, além de estimular a construção da identidade profissional e a coletividade necessárias para atividades no âmbito educacional. Nóvoa (1998, p. 28) entende que a identidade docente é “[...] um processo único e complexo, graças ao qual cada um de nós se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional”, definindo modos distintos de ser professor. Os saberes docentes são elaborados por vivências práticas, sociais e de histórias de vidas; eles são inacabados e estão em constante construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da presente pesquisa pode se compreender que a formação de professores na sociedade atual é uma profissão complexa, pois se exigem profissionais com conhecimentos diversos, que sejam aptos, e capazes de formar os indivíduos integralmente.

Frente às exigências da sociedade e dos novos desafios que cercam a profissão docente, conclui-se que durante a graduação de pedagogia é extremamente necessária a

realização do estágio supervisionado, pelo fato de inserir o acadêmico no seu futuro local de atuação e, por propicia-lo conhecimentos específicos de sua profissão.

Entende-se que na jornada acadêmica o estágio possui inúmeras contribuições, pois é um momento de aprendizagem na qual articula o ensino, pesquisa e extensão, além de estimular o acadêmico a ação reflexão-ação, de modo a contribuir para sua a construção da formação docente que a atual sociedade exige. É considerado também o ápice em que o acadêmico irá analisar se a docência é algo que ele quer para si, sendo que de maneira alguma poderá exercer a docência sem antes ter contato com o seu ambiente de trabalho, esse conhecimento se dá por meio da realização do estágio.

Com o levantamento bibliográfico nota-se realização do estágio é obrigatório, garantido e amparado por leis, porém não pode ser encarado pelos graduandos como algo meramente burocrático a ser cumprido para obtenção da certificação no final do curso. Deve ter um significado, sendo visto como um item crucial no processo de desenvolvimento, enquanto acadêmico e futuro professor, momento esse considerado a base para sua formação, na qual se obtém diferentes possibilidades, trocas de informações entre a comunidade escolar e o estagiário.

Nesse sentido pode-se afirmar que o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, especificamente no curso de pedagogia é certamente um elemento importante para a formação inicial docente, por contribuir nas realizações de relações teóricas e práticas que permite o acadêmico a obter diferentes informações relacionadas a sociedade, cultura e educação, informações essas indispensáveis para sua profissão.

43

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 01/07/2015**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

CORTE, Anelise C Dalla. LEMKE, Cibele K. **o estágio supervisionado e sua importância para a formação docente frente aos novos desafios de ensinar**. XII EDUCERE: Congresso Internacional de Educação. **Puc-Paraná**: ISSN 2176-1396.

FAZENDA, Ivani [et al]. A prática de ensino e o Estágio Supervisionado. Stela C. Bertholo Piconez (coord.). In: PICONEZ, Stela C. Bertholo. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado.: **A APROXIMAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR E A PRÁTICA DA REFLEXÃO**. Campinas, SP: Papirus, 2006, 12ª edição, p.15- 25.

Antonia Jackeline da Silva REZENDE; Simara de Sousa MUNIZ; Denyse Mota da SILVA. **A Importância do Estágio Supervisionado na Formação Inicial do Acadêmico de Pedagogia**. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 28-45. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. São Paulo. Paz e Terra 2011.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

KULCSAR, Rosa. **O Estágio Supervisionado como Atividade Integradora**. In: PICONEZ, Stela C. B. (org.). **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 2ª edição. Papirus. Campinas, São Paulo: Campinas, 2004. BURIOLLA M. A. F. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEIRO, Augusto César Rios Leiro; OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães. **Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco**. Pro-posições, vol. 30. Campinas, 2019, Epub/Apr 18, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0086>

LIBÂNEO, José Carlos – **Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**, 2006, 21ª edição.

MIRANDA, Denize Lima; SILVA, Denyse Mota da. **Práticas de Letramento Literário: o Leitor e a Obra Literária na Construção do Saber**. In: JNT - Facit Business and Technology Journal. v. 1, n. 10, 2019. ISSN 2526-4281. Disponível em: <https://jnt.faculdefacit.edu.br>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 1999.

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A. **Relação escola-sociedade: “novas respostas para um velho problema”**. In: SERBINO et al. (Org.). **Formação de Professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 357.

SANTOS, Valdelina Bezerra dos; MUNIZ, Simara de Sousa; SILVA, Denyse Mota da. **A importância do estágio supervisionado na formação inicial docente: relato de experiência**. Revista JNT - Facit Business and Technology Journal. v. 1, n. 13, 2020. ISSN 2526-4281. Disponível em: <https://jnt.faculdefacit.edu.br>. Acesso em 29 de junho de 2020.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poíesis, Vol. 3, nº 3 e 4, pp.5-24, Santa Catarina 2005/2006.

_____, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015. 301p.

_____, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008. v. 1. 296p.

Antonia Jackeline da Silva REZENDE; Simara de Sousa MUNIZ; Denyse Mota da SILVA. **A Importância do Estágio Supervisionado na Formação Inicial do Acadêmico de Pedagogia**. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 28-45. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

_____, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena . **Estágio e Docência**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 296p.

_____, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34)

_____, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores - unidade teoria e prática?**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 94, p. 58-73, 1995.

_____, Selma G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Denyse Mota da; MUNIZ, Simara de Sousa. **O estágio supervisionado na formação inicial docente: Desafios entre a teoria e a prática**. Revista Humanidade e Inovação v.6, n.15-2019.